

- NPC reforça discurso de sociedade harmoniosa e define metas para 2007
- Artigo especial: lei de Propriedade acalma classe média em ascensão e exclui campo, de Isabela Nogueira
- Tremor das bolsas em Xangai afeta mundo, mas epicentro da instabilidade não é chinês
- Dragonomics: especialista analisa medidas que podem aumentar a eficiência energética na China
- Artigo especial: notas sobre o programa espacial chinês, do Embaixador Amaury Porto Oliveira



CONVITE
2ª CONFERÊNCIA INTERNACIONAL – DESAFIOS EMERGENTES
17 E 18 DE ABRIL DE 2007 – SÃO PAULO

O QUE CARACTERIZA A COMPETITIVIDADE DOS PAÍSES ASIÁTICOS?

Durante dois dias grandes especialistas estarão reunidos no mais importante debate sobre China e Índia já realizado no Brasil para responder a essa e outras perguntas.

 <p>Arthur Kroeber Dragonomics Research & Advisory</p>	 <p>Eliana Cardoso Fundação Getúlio Vargas - FGV</p>
 <p>Antoni Esteve de Ordal Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID</p>	 <p>Jean-Pierre Lehmann Institute for Management Development - IMD</p>
 <p>Amit Ray Universidade de Jawaharlal Nehru - Índia</p>	 <p>Elizabeth Economy Council on Foreign Relations - CFR</p>

Conheça o programa completo e os demais palestrantes de conferência 

INSCRIÇÕES ATÉ 13 DE ABRIL
www.desafiosemergentes.cebc.org.br • conferencia@cebc.org.br • Tel. 21 2240 8783
Desconto especial até 31 de março

patrocínio

	Companhia Vale do Rio Doce	
		
		

NPC endossa reformas econômicas enquanto reforça retórica de equilíbrio social

Entre muitos discursos, importantes mudanças legislativas e algumas novas políticas, a 5ª Assembléia do 10º Congresso Nacional do Povo (NPC, na sigla em inglês) encerrou-se, em 17 de março, apresentando um retrato fidedigno dos principais desafios socioeconômicos que a China enfrenta. De um lado, por meio das reformas econômicas, buscou atender às pressões da classe média emergente (via Lei de Propriedade) e do empresariado nacional (via reforma tributária). De outro, fez um esforço retórico para compor, com esse cenário, a “sociedade harmoniosa” prometida pelo presidente Hu Jintao desde sua posse, na qual o desenvolvimento chinês respeitaria o meio ambiente e combateria as crescentes desigualdades, em especial na zona rural.

Durante 12 dias, cerca de 3 mil delegados do NPC reuniram-se, em Pequim, no encontro anual do Poder Legislativo chinês (ao contrário de parlamentos ocidentais, o NPC reúne-se uma única vez ao ano) a fim de revisar os relatórios anuais do primeiro-ministro, do Ministério das Finanças, da Auditoria Geral, do Judiciário e da Procuradoria Geral da China. Formalmente, este é o mais alto órgão de poder da China. Na prática, os verdadeiros órgãos de decisão fazem parte do Partido Comunista, em especial o Politburo (bureau político) e seu comitê permanente. O NPC termina sendo um órgão que ratifica decisões tomadas previamente pelo Partido. Mas seu papel é importante, tanto por seus debates explicitarem controversas políticas em curso no governo chinês, quanto por ser sua função aprovar novas leis e políticas relevantes. Concomitante à reunião do NPC, o Comitê Nacional da Conferência Consultiva Política do Povo da China organizou o seu encontro anual de membros do Partido Comunista, demais minorias partidárias e representantes de minorias étnicas.

Quatro anos de crescimento acima de 10% demonstraram ser grande motivo de preocupação para o governo chinês no início de março. A desigualdade provocada pelo crescimento acelerado e o conseqüente descontentamento da população com a disparidade de renda foram exaustivamente retratados durante as sessões.

Todas as sessões do NPC são claramente marcadas por uma linha de discursos que norteia os trabalhos legislativos. Em 2004, a lei anti-secessão de Taiwan atraiu o foco das atenções. No ano seguinte, o 11º Programa Qüinqüenal, principal instrumento formal de apresentação de políticas públicas na China, reforçou as condições gerais para a condução macroeconômica do país e estabeleceu diretrizes e planejamento para os cinco anos seguintes. Em 2007, as propostas de lei de propriedade privada e de isonomia tributária instigaram grande interesse da imprensa internacional – qual seria o futuro da economia socialista de mercado chinesa?

Nos últimos anos, o NPC gradativamente ganhou relativa assertividade, em particular nas legislações envolvendo falência corporativa e valores mobiliários. Apesar da significativa aprovação da lei de propriedade privada e da reforma tributária, o último encontro do Parlamento não escapou de ser reprise da retórica das sessões anteriores. A balança entre capitalismo e socialismo na China equilibra-se na prática, porém os discursos continuam a exaltar o desenvolvimento da China como “sociedade harmoniosa”, incorporando igualmente a diversidade de etnias do país.

Na abertura das atividades do Parlamento, o primeiro-ministro Wen Jiabao mais uma vez citou a busca da harmonia na sociedade chinesa, tema que esteve presente na reunião do NPC de 2006. Foram abordados no encontro proposta de lei de propriedade privada, reforma tributária, novo órgão governamental para a administração das reservas internacionais, desequilíbrio regional e desigualdade social, proteção ao meio ambiente, tratamento das forças armadas chinesas e mecanismos para tornar o crescimento da economia mais saudável.

Leia mais na
Carta da China nº 6

Leia mais na
Carta da China nº 16

Propriedade privada – Após ter sido retirada da pauta da reunião realizada no ano passado, o Congresso aprovou a legislação sobre propriedade privada, que garantirá direitos iguais à propriedade estatal coletiva e privada na China. A nova lei, um marco no sistema jurídico do país, terá efeitos limitados no campo e, na prática, alivia somente inquietações de empresários e da classe média emergente chinesa, ansiosos para protegerem seus bens.

A China, apesar de ainda esforçar-se para manter imagem de país socialista, passa a adotar o mais importante princípio do sistema capitalista, o reconhecimento da propriedade privada. No entanto, quando entrar em vigor em 1º de outubro de 2007, poucas modificações serão observadas na prática. Na zona urbana, donos de imóveis deixarão de negociar títulos de concessão de uso e passarão a comprar e vender títulos de propriedade. Vale lembrar que, desde 2004, a constituição chinesa já protegia o direito de uso da propriedade privada no país.

Já no campo, a lei limita-se a reafirmar que camponeses que tiverem suas terras confiscadas em prol da realização de projetos para o bem coletivo devem ser indenizados, dessa vez, com base nos preços vigentes no mercado. A propriedade rural conserva-se, portanto, como bem estatal, e não se soluciona o sentimento de insegurança no campo (leia mais no artigo especial de Isabela Nogueira).

É possível imaginar que um dos motivos pelo qual a propriedade privada não foi plenamente aplicada no campo seja o receio dos governantes de que ocorra concentração de terras rurais por parte de investidores estrangeiros.

Reforma reduz vantagens tributárias – A nova legislação visa a unificar o sistema tributário a fim de eliminar políticas de tratamento preferencial concedidas, sobretudo, a empresas estrangeiras. A nova lei também evitará que empresas domésticas se beneficiem da diferença média de 10 pontos percentuais existente entre tributos sobre empresas estrangeiras e nacionais, via transferência de seus rendimentos para o exterior para então reinvestir no país. De acordo com o governo chinês, a reforma permitirá ao sistema tributário adequar-se às mudanças econômicas e sociais ocorridas no país nos últimos anos por meio da competição mais justa.

Com base na legislação anterior, a alíquota nominal de imposto de renda para pessoa jurídica era de 33%. Contudo, a alíquota do imposto de renda sobre empresas estrangeiras estabelecidas em zonas especiais poderiam variar de 24% a 15%, enquanto a alíquota sobre os rendimentos de empresas nacionais pouco lucrativas, entre 27% e 18%. A média da alíquota sobre rendimentos de empresas nacionais era de 25%, ao passo que sobre empresas estrangeiras eram, em média, de 15%.

A nova legislação, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2008, estabelece alíquota nominal de imposto de renda para pessoa jurídica em 25% e diminui o número de benefícios concedidos conforme origem das empresas e setor receptor dos investimentos. A lei também prevê tributos reduzidos para empresas relacionadas ao setor de tecnologia, assim como para investidores dos setores de energia, conservação ambiental e segurança no trabalho. Estará abolida a política de redução e isenção de tributos para empresas estrangeiras instaladas na China cuja produção destina-se ao mercado interno ou externo.

A reforma tributária beneficiará em especial as companhias chinesas de grande porte, como bancos, empresas de telecomunicações e petrolíferas, não incluídas entre as empresas domésticas beneficiadas pela legislação anterior.

Impacto da reforma tributária por setor

Setor	Efeito
Consumo discricionário	Negativo
Consumo essencial	Positivo
Energia	Positivo
Financeiro	Positivo
Industrial	Negativo
Saúde	Negativo
Serviço de telecomunicação	Positivo
Serviços públicos	Negativo
Tecnologia de informação	Negativo
Têxteis	Positivo

Fontes: Wall Street Journal e MSCI Barra

A fim de amenizar o impacto imediato da reforma, empresas que antes desfrutavam do regime tributário preferencial terão, sob aprovação prévia do governo, aumento gradual de seus encargos durante os próximos cinco anos. De acordo com o governo, a elevação da carga média do imposto de renda não fará da China um país menos atrativo aos investidores estrangeiros, uma vez que a média mundial do imposto sobre os rendimentos de empresas estrangeiras é de 28,6% e, nos países vizinhos à China, de 26,7%.

Administração de reservas – A fim de garantir maior lucratividade às suas reservas internacionais, o governo chinês

anunciou que será criada nova agência para gerir os mais de US\$ 1,070 trilhão acumulados até agora. O novo órgão, que será o maior fundo público de investimentos da Ásia, é uma resposta à necessidade de diversificação das reservas em moeda estrangeira da China. Segundo estimativas não oficiais, cerca de 75% do montante acumulado está lastreado em dólar, notadamente por aplicações em títulos do Tesouro norte-americano.

Detalhes sobre a forma de administração do fundo não foram divulgados, tampouco informações sobre o volume de reservas que passará a ser de responsabilidade do órgão recém-criado. O primeiro-ministro Wen Jiabao apenas anunciou que a agência será independente dos ministérios já existentes e estará vinculada diretamente ao Conselho de Estado.

A expectativa é de que parte das reservas seja destinada à aquisição de recursos naturais estratégicos – sob a forma de investimentos no exterior – a fim de atender à crescente demanda chinesa por matérias-primas, principalmente para o setor energético. É possível que a parcela dos fundos seja utilizada na constituição de um sistema nacional de previdência social. Contudo, além da ausência de informações oficiais, o projeto ainda não tem data para implementação.

Metas para o meio ambiente não são alcançadas – A rápida transformação da China de um país de base econômica agrícola para uma plataforma produtiva mundial alterou, de forma substancial, os índices chineses de poluição e consumo de energia. As metas anuais estabelecidas pelo governo de redução de emissão de poluentes, bem como de conservação energética, não foram alcançadas em 2006.

Embora o consumo de energia por unidade do PIB tenha sofrido redução de 1,2% em 2006, a redução manteve-se significativamente abaixo dos 4% definidos pelo governo. No mesmo período, a China também reduziu o volume de gases nocivos emitidos, mas novamente em volume inferior à meta de 2%. Para 2007, foram mantidos os mesmos índices e alguns benefícios fiscais para as indústrias que apresentarem maior eficiência energética e redução de poluentes.

Como justificativa para a dificuldade de se alcançar os valores pretendidos, Wen Jiabao apontou o descaso de autoridades locais como um dos principais obstáculos à legislação ambiental e à eficiência energética, uma vez que, a fim de aumentar suas receitas por meio de arrecadação de impostos, buscam atrair investimentos e novas indústrias para as regiões que administram. O pequeno comprometimento do empresariado e os custos relacionados à adaptação de mecanismos produtivos também foram citados.

Mais uma vez, não foram dados sinais claros de que a China pretende comprometer seu crescimento para conter a degradação do meio ambiente, bem como não há um conjunto de medidas que indique que a meta de redução do consumo de energia será alcançada. A reunião do NPC foi cercada de grande retórica em torno destas duas pautas.

Política nos bastidores – O encontro foi breve e a agenda ampla, porém o discurso do governo central manteve a população como foco principal. O resultado substancial da assembléia, a nova lei de propriedade, teve como alvo acalmar as constantes inquietações do campo, ainda que na prática sirva apenas para reafirmar à classe média chinesa que seus direitos de propriedade privada serão reconhecidos.

Além da discussão dos efeitos práticos da última sessão do NPC está o teste crucial da autoridade do presidente Hu Jintao e seu aliado Wen Jiabao. A assembléia trouxe à tona a luta interna de Hu Jintao na consolidação de suas políticas, uma vez que o presidente já havia introduzido o tema da propriedade privada para discussão e, em 2006, a proposta foi retirada da agenda sob pressão da ala mais conservadora do partido. O discurso de manutenção de uma “sociedade harmoniosa” e a instauração de modelo de crescimento mais sustentável estiveram onipresentes desde a chegada de Hu Jintao à presidência, e foi, mais uma vez, a tônica central da reunião do NPC em 2007.

Isto acontece de maneira a afirmar que o mandato do presidente atual não será caracterizado por abertura incondicional da China ao Ocidente – uma clara distinção ao governo de Jiang Zemin. O sucesso dos trabalhos da 5ª reunião do 10º NPC será verificado no último trimestre do ano, quando o Partido Comunista realizará seu 17º Congresso. Caso o governo central saiba controlar os efeitos gerados pelos escândalos de corrupção, o crescimento desenfreado e as reações populares, conforme prometido pelo Parlamento, Hu Jintao terá maior poder de barganha dentro de um Partido Comunista que ainda oscila entre o socialismo de mercado e o capitalismo planejado.

Congresso Nacional do Povo II

Slogan da “sociedade harmoniosa” impera, mas sem clareza na implementação

Assim como na reunião anual de 2006, a questão social, sobretudo a disparidade entre as zonas urbana e rural e a necessidade de desenvolvimento do campo, foi o tema mais recorrente no pronunciamento do primeiro-ministro Wen Jiabao durante cerimônia de abertura das sessões do Congresso Nacional do Povo de 2007. O discurso de promoção do “novo interior socialista” – presente também na retórica do ano anterior – permaneceu como principal objetivo das reformas e investimentos propostos para a zona rural do país.

O caminho para o novo socialismo rural, segundo as declarações do primeiro-ministro, perpassa por melhores condições de moradia, aumento de produtividade, construção de um sistema de seguridade social eficaz, investimentos em saúde, educação e infra-estrutura, e redução da desigualdade de renda.

A disparidade entre as classes na China tem crescido de forma expressiva nos últimos anos, o que eleva o descontentamento entre a população rural. Contudo, é inegável que as condições de vida no campo melhoraram com a abertura econômica. Apesar de novamente a renda real dos trabalhadores urbanos ter registrado crescimento superior a dos trabalhadores rurais, o aumento da renda real no campo foi de 7,4% em 2006. Nos últimos anos, a China deixou de ser um país mais igualitariamente pobre para tornar-se outro, mais rico e desigual.

O governo central reconhece que para manter o controle econômico e político sobre o país é preciso repartir os benefícios do crescimento a todos. Ainda que seja apenas em retórica, ou que os métodos para distribuição não estejam claramente definidos, pronunciamentos oficiais que exaltam a importância da constituição de uma sociedade mais harmônica levam algum conforto aos cidadãos.

A fim de cumprir o objetivo proposto, o governo anunciou que a parcela do orçamento público destinada ao campo será de US\$ 50,6 bilhões, o que representa acréscimo de 15% em relação ao ano anterior (de 2005 para 2006, o aumento foi de 14%). Dentre os benefícios aprovados para a população rural estão incluídos subsídios diretos à produção de grãos e à aquisição de máquinas agrícolas e isenção do pagamento de taxas escolares (o ensino na zona

rural será gratuito até o término do ensino fundamental). Serão investidos US\$ 513 milhões para fornecimento de água potável e US\$ 220 milhões para construção e conservação de estradas.

Entretanto, o aumento de US\$ 6,7 bilhões previstos pelo Congresso não deverá ser suficiente para amenizar a tensão entre população e governo, tampouco conter o crescimento do número de manifestações populares em todo o país. O motivo: os protestos também refletem o contínuo aumento da corrupção, expropriação ilegal de terras, abusos de poder e desigualdade entre as regiões do país.

Dados governamentais reportam a ocorrência de 23 mil “incidentes de massa” em 2006, 3 mil a menos do que no ano anterior. Entretanto, o governo chinês não apresenta definição exata sobre o que caracteriza um “incidente de massa”, abrindo espaço para questionamentos sobre a veracidade das informações oficiais publicadas. Os números podem dobrar ou triplicar mesmo entre as próprias agências do governo.

De acordo com relatório da organização internacional *Human Rights Watch*, os 12 dias em que se reuniram membros do Congresso Nacional do Povo foram marcados por repressão a protestos e prisão de ativistas. Manifestantes que viajavam para Pequim foram detidos e enviados de volta a suas cidades. Cerca de 60 pessoas ficaram feridas e um estudante morreu durante protesto que reuniu 20 mil camponeses e desempregados contra o aumento do preço do transporte público na província de Hunan. Em Cantão, cerca de mil manifestantes foram reprimidos com violência por policiais enquanto protestavam contra a expropriação de terras pelo governo local.

A insatisfação, porém, não se restringe à zona rural. Saúde, educação e previdência social são também problemas enfrentados, em menor escala, por residentes dos grandes centros urbanos. Assim, em busca do equilíbrio de uma “sociedade harmoniosa”, os gastos chineses com a área social serão de US\$ 335 bilhões em 2007, 14,4% a mais do que no ano anterior. Para a saúde, somente o governo central prevê gastos de US\$ 4 bilhões, 87% a mais do que o estipulado para 2006.

Embora significativo, o aumento corresponde a pouco mais do que 10% dos gastos públicos totais registrados com o setor no ano passado. Dessa forma, a maior parte dos investimentos em saúde permanece sob responsabilidade de governos locais e fora da vigilância direta de Pequim. Já o montante destinado ao sistema educacional será de US\$ 6,9 bilhões, um acréscimo de 39% com base em 2006. Entretanto, o aumento não representará alterações substantivas sobre a parcela do PIB destinada à educação, que ano passado foi de 2,3%, valor abaixo da média internacional.

O volume de investimentos anunciado foi bastante expressivo, e a intenção de reverter o quadro de insatisfação foi formalizada mais uma vez por meio de promessas. Entretanto, novamente nota-se a ausência de projetos bem definidos, prazos para implementação das decisões e clareza sobre os mecanismos de coordenação. A concretização das medidas propostas, bem como sua eficácia, poderá ser comprometida ainda pela relativa autonomia dos governos locais, não raro envolvidos em corrupção e cúmplices das expropriações ilegais, em especial na zona rural, para a construção de empreendimentos mais rentáveis.

Legislação

Lei de Propriedade atende às classes urbanas emergentes, mas deixa zona rural de lado

Isabela Nogueira¹

Depois de quase 14 anos em debate e de um dos processos legislativos mais difíceis e controversos da história do país, o Congresso Nacional do Povo transformou em lei a garantia à propriedade privada na China. Ainda que, de imediato, a nova legislação não provoque efeitos econômicos radicais (trata-se da

¹ *Isabela Nogueira é doutoranda em Economia pela UFRJ e professora de Relações Internacionais da PUC-Rio. Foi coordenadora executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. E-mail: issy@uol.com.br*

formalização legal de algo que, no cotidiano das cidades, já é vivenciado), no plano político e simbólico seu impacto é dos mais profundos. Ao mesmo tempo em que atende à demanda da classe média urbana por segurança em relação aos bens que vem acumulando, o novo marco jurídico assegura a propriedade privada em um país que tanto tem se esforçado em se apresentar, ainda que retoricamente, como socialista.

Antes da lei, o usuário de um imóvel urbano conseguia do governo não o direito à propriedade do bem, mas o direito ao seu uso entre 40 e 70 anos. Após esse período, o direito ao uso poderia ser renovado. Na prática, a confiança dos agentes na renovação era tamanha que nenhum imóvel sofria desvalorização pouco antes de seu prazo de renovação. Ao contrário, mesmo sem deter a propriedade de suas casas, apartamentos, estabelecimentos comerciais e plantas industriais, a classe média emergente, os empreendedores chineses e estrangeiros e os especuladores têm inflado a suposta bolha do mercado imobiliário das grandes cidades, empurrando os preços para cima.

É nesse sentido que a nova lei terá impacto prático reduzido. É de se considerar que a defesa da propriedade possa aumentar a segurança de investidores nacionais e estrangeiros, mas, ao mesmo tempo, é inegável que o mercado imobiliário não sofreu nenhuma crise de confiança até agora – e o risco iminente de formação (senão a formação já de fato) de uma bolha especulativa é prova disso. Havia uma crença difundida no mercado de que mesmo sem a garantia à propriedade, o governo central renovaria os títulos de uso de propriedades urbanas sem constrangimentos.

A partir de 1º de outubro de 2007, quando a legislação entrará em vigor, a propriedade privada será não só respeitada, como terá o mesmo status jurídico da propriedade estatal e coletiva. Do ponto de vista prático, ao invés de negociar a compra e venda de seus títulos de uso, os agentes negociarão seus títulos de propriedade. E em caso de desapropriação por interesse público, a compensação terá que ser equivalente ao preço de mercado do bem. Do ponto de vista simbólico, por sua vez, um dos consultores que auxiliou na redação do projeto, o professor Jiang Ping, da Chinese University of Politics and Law, resumiu que o grande mérito da nova lei está em “incentivar as pessoas a buscar riqueza legalmente, e de maneira protegida”.

Propriedade privada não vale para a zona rural – O que não muda com a nova legislação é a posse da terra, que continua nas mãos do Estado chinês. Nas cidades, essa definição será, nesse momento, simples formalismo jurídico. A classe média, principal beneficiada, terá a garantia jurídica de que seus bens passarão para seus descendentes. A construção civil e os empresários, por sua vez, tendem a compartilhar o aumento da confiança e podem assistir à simplificação de seus procedimentos de compra e venda.

No meio rural, entretanto, onde o bem fundamental é a própria terra, quase nada muda, e a propriedade privada não existirá mesmo com a nova legislação. A propriedade dita coletiva será mantida no campo, sendo gerenciada pelos comitês de vila. Os 800 milhões de moradores das áreas rurais continuarão, portanto, dependendo dos comitês locais para renovar, a cada 30 anos (prazo bem mais curto do que nas cidades, onde hoje pode chegar a 70 anos) suas licenças de uso da terra.

Em algumas províncias, os membros dos comitês de vila são eleitos democraticamente, por meio de voto secreto. Há, segundo estudos políticos recentes, esforços explícitos do governo central chinês para que esse processo se amplie, na tentativa de reduzir as insatisfações no campo. Na prática e na grande maioria das regiões, no entanto, líderes locais mais fortes continuam impedindo ou fraudando eleições locais, a fim de garantir sua própria permanência no poder. Esse esquema de corrupção e de fortalecimento dos caciques locais é uma das causas fundamentais de instabilidade no campo. Sob o regime de propriedade coletiva, os camponeses ficam expostos a subornos e expropriações injustas por parte de funcionários locais interessados em vender as terras para empreendimentos maiores. Oficialmente, o governo central admite que houve 23 mil “incidentes de massa” na China em 2006, a maior parte em função de insatisfações no campo geradas por disputas de terra.

Por outro lado, especialistas chineses que defendem o governo central alegam que a propriedade privada nas mãos dos camponeses só aumentaria a concentração da terra no campo. E mais: terminaria expulsando de vez os camponeses de suas regiões. Novos empreendimentos industriais têm migrado com intensa frequência para o interior da China em busca de terra e mão-de-obra mais baratas, e os camponeses com posse privada seriam mais facilmente seduzidos pelas ofertas de conglomerados nacionais e internacionais interessados em comprar terra.

Debate público – Além de representar um novo marco jurídico, a Lei de Propriedade inovou também em seu processo de confecção na medida em que rompe com o padrão no qual líderes chineses discutem grandes temas à porta fechada. Desde 2005, quando o projeto foi posto em discussão, cerca de 14 mil petições foram enviadas ao Congresso. A mais famosa delas, assinada por mais de três mil nomes (incluindo alguns ex-ministros e 50 professores), dizia que o projeto era inconstitucional, aumentava a disparidade de renda e favorecia a acumulação de riqueza por parte de empresários e funcionários governamentais corruptos.

O argumento da inconstitucionalidade da lei é, no entanto, incongruente. Em 2004, uma emenda constitucional já garantia que o uso da propriedade privada não seria ameaçado. Juristas argumentavam, no entanto, que a Constituição tem na China um caráter eminentemente prescritivo e que, desde então, estavam à espera de uma alteração legal de fato. A lei veio, atendendo às pressões da classe média, mas sem nenhuma pretensão de aliviar as crescentes tensões no campo.

Mercado de capitais

Oscilação das bolsas chinesas afeta mundo, mas epicentro da instabilidade não é chinês

O atual cenário de apreensão nos mercados acionários globais – que após anos de sólidos ganhos temem uma eminente contração de liquidez internacional e fortes correções, por conta de preocupações sobre fundamentos da economia americana – direcionou à China atenção inédita de instituições financeiras e mídia internacional. Depois de exacerbada valorização em 2006 e recentes esforços do governo em conter o *boom* especulativo, a bolsa de Xangai teve, em 27 de fevereiro, a maior desvalorização diária registrada em uma década: -8,8%. O movimento de correção nos preços de seus ativos, acompanhado por Shenzhen (-8,54%), disseminou-se em um típico efeito cascata por todo o mundo.

Ainda que Xangai tenha sido responsável pelo estopim de uma seqüência de quedas, analistas e investidores internacionais reconhecem a pouca capacidade das bolsas continentais chinesas em influenciar a trajetória econômica do país, e, por conseguinte, a economia global. As bolsas chinesas são por demais voláteis, têm modesta capitalização, baixa participação estrangeira e pouca relação com o mundo real dos negócios no país.

Ademais, a referida desvalorização recorde das ações em Xangai, impulsionada também pelo rumor da criação por parte do governo chinês de novo tributo que incidiria sobre os lucros auferidos em bolsa, anulou apenas ganhos de seis pregões anteriores. No dia seguinte, o índice da bolsa de Xangai voltou a registrar forte alta, 4%. A correção do dia 27, portanto, não reverteu o comportamento do mercado acionário chinês. Observa-se ainda que, somente no dia 28 de fevereiro, foram abertas 190 mil novas contas para operações nas bolsas da China continental, segundo dados oficiais.

O episódio ressaltou, entretanto, a responsabilidade das autoridades chinesas em relação à pouca atenção dada pelo mercado local aos fundamentos das ações listadas em Xangai e Shenzhen. Enquanto a Comissão de Regulação Imobiliária prontificou-se a negar planos de nova tributação que, supostamente, atenderiam ao declarado interesse do governo em conter o desenvolvimento de bolha nas bolsas continentais, a maneira encontrada pelo governo para

Leia mais na
Carta da China nº 25

evitar queda mais abrupta das bolsas foi, no dia seguinte ao referido evento, ordenar às instituições estatais que comprassem ações. Justifica-se assim o comportamento dos aplicadores, que se pautam mais por sinalizações do governo do que por fundamentos econômicos. Ainda que a postura intervencionista de Pequim tenha colhido frutos na expansão do setor produtivo do país, analistas apontam para a pouca eficácia desse tipo de conduta na administração da volatilidade de mercados acionários.

Além de imaturo, o mercado acionário da China tem no excesso de liquidez de recursos um forte propulsor de ganhos. Frente a isso se discute a capacidade das autoridades chinesas em induzir comportamentos mais racionais aos aplicadores, mesmo que essa indução seja feita via mecanismos mais eficientes do que as atuais orientações políticas sobre *players* ligados ao Estado. O que não se discute, porém, é a limitação do índice da bolsa de Xangai em influir no processo de expansão da economia chinesa.

Dragonomics *Research & Advisory*

A ponte para a sustentabilidade

*Jiang Lin**

O 11º Plano Quinquenal da China estabelece meta ambiciosa para a melhoria de sua eficiência energética: redução em 20% da energia utilizada por unidade do PIB entre 2005 e 2010. Essa é a primeira vez que uma meta quantitativa e obrigatória é aplicada sobre eficiência energética, o que indica forte mudança no pensamento estratégico chinês em relação a seu desenvolvimento de longo prazo. E fornece também evidências de que o governo está firme em sua convocação para o que apelidou de nova “perspectiva de desenvolvimento científico”, que objetiva garantir o desenvolvimento sustentável e a construção de uma “sociedade harmoniosa”, como almejado pelo presidente Hu Jintao.

A mudança política reflete a crença amplamente consolidada de que o atual paradigma chinês de expansão industrial e crescimento energético é insustentável, dado seu crescente ônus ambiental que ameaçaria o parâmetro fundamental de todas as políticas chinesas: a estabilidade social. A contradição entre carência e uso ineficiente dos recursos energéticos levanta sérias indagações sobre a estratégia energética chinesa, pautada pela oferta. O país caminha este ano para construir em média cinco plantas de 330 megawatts (MW) por semana, o que ainda é insuficiente para acompanhar a crescente demanda. Quase 80% das novas plantas energéticas são aparatos convencionais movidos a carvão, o que exacerba os já sérios problemas ambientais. Assim, aumentar a eficiência energética é tarefa que ganha atenção como estratégia para diminuir o crescimento da demanda de energia e suavizar a poluição ambiental associada ao seu uso.

O alvo é sério

Então, quão significativa é a meta chinesa de redução em 20% na intensidade energética em cinco anos? Intensidade energética é a razão entre o consumo de energia e o PIB. Como é uma medida relativa, ela declinaria enquanto o PIB crescesse mais rapidamente que o consumo de energia. Alguns argumentam que a meta será facilmente alcançada contanto que a China mantenha seu ritmo de crescimento. A história recente sugeriria o oposto. Durante a primeira metade de 2006, a intensidade energética chinesa subiu, já que o crescimento energético superou o crescimento do PIB. Na verdade, a façanha de se diminuir a intensidade energética nunca foi alcançada em nenhum país em estágio de desenvolvimento semelhante ao da China (medido pelo PIB per capita),

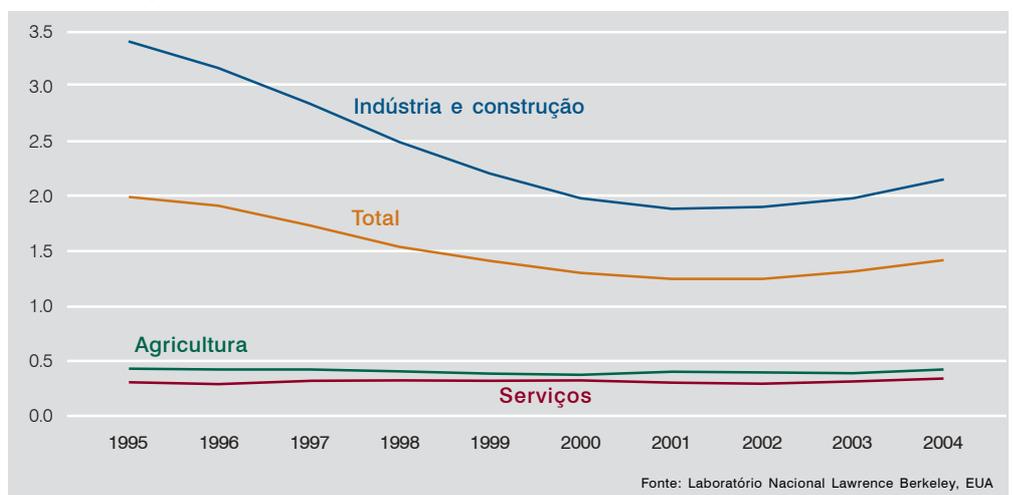
* Cientista do Laboratório Nacional Lawrence Berkeley, em Berkeley, Califórnia.

e o caso mais próximo seria o da própria China, durante as décadas de 1980 e 1990. De 1980 a 2000, a intensidade energética chinesa caiu aproximadamente 20% a cada cinco anos. Em outras palavras, a intensidade energética no país em 2000 era cerca de 40% a de 1980. Durante os últimos cinco anos, contudo, o consumo de energia cresceu mais rapidamente que o PIB, e a intensidade energética aumentou. Tal repique energético compromete o plano de desenvolvimento em longo prazo da China, que pretende quadruplicar o PIB e apenas duplicar o consumo de energia entre 2000 e 2020. Se o atual padrão de crescimento econômico e energético mantiver-se, o consumo de energia no país em 2020 será, tranquilamente, o dobro daquele projetado por grandes instituições internacionais, como o Banco Mundial e a Agência Internacional de Energia (IEA, na sigla em inglês).

O cenário de aumento desenfreado na demanda energética deformaria seriamente a capacidade de oferta do país, e afetaria o crescimento econômico. Além do mais, geraria um enorme e inesperado distúrbio ao sistema energético e climático do mundo, elevando preocupações sobre segurança energética e aquecimento global.

Tendências da intensidade energética chinesa, por macros setores (1995-2004)

Em toneladas equivalentes de carvão/RMB 10.000



Teoria e China

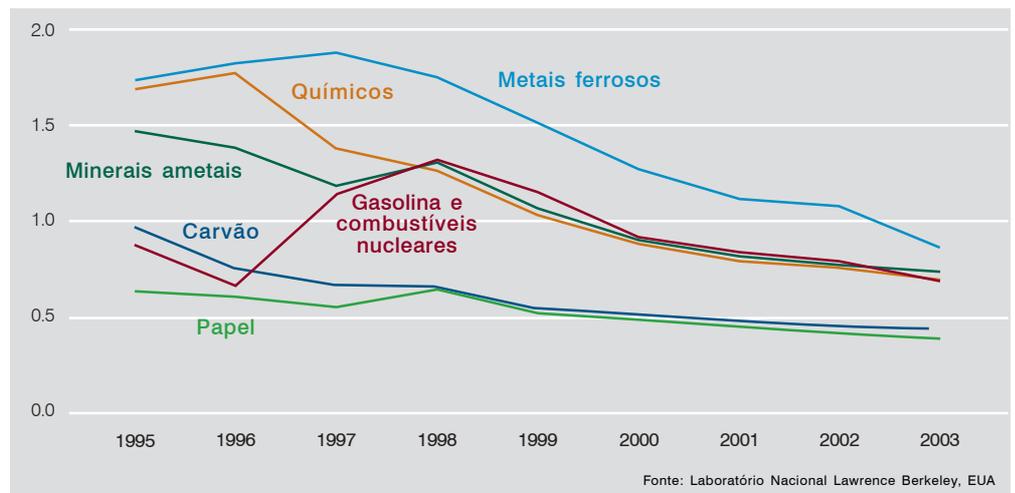
Em estágios primários de desenvolvimento econômico, o aumento no uso de energia tende a ser mais rápido que o crescimento econômico. Como mencionado, somente a China experimentou declínio prematuro da intensidade energética em seu processo de desenvolvimento. Nos primeiros estágios de desenvolvimento econômico, a industrialização e a urbanização tendem a liderar o desenvolvimento extensivo de infra-estrutura e construção civil, ambas atividades intensivas em uso de energia e matérias-primas. Em estágios posteriores, a demanda por serviços cresce mais rapidamente que a por bens, o que induz mudança na estrutura econômica em direção ao setor de serviços, com bem menor intensidade energética e menor demanda por matérias-primas. Além disso, a eficiência energética e das matérias-primas tende a aumentar, ao passo que melhores tecnologias e materiais se tornam disponíveis durante o processo de desenvolvimento.

A Figura 1 apresenta tendências da intensidade energética na China na última década, divididas por setor. O gráfico começa ao meio do declínio de longo prazo da intensidade energética, iniciado em 1980. Os números de PIB são dados recentemente revisados, ajustados para 2000. Observa-se que a intensidade energética para o setor secundário (que inclui indústria e construção) é muito maior que aquela para os setores primário (agricultura) e terciário (serviços). A tendência da intensidade energética no agregado reflete em muito a do setor secundário: ambos mostram recuperação após 2001.

A intensidade energética geral orienta-se pela indústria, que se mantém como maior setor da economia chinesa. Após 25 anos de rápida industrialização, a participação industrial no PIB continua crescente, enquanto a participação do setor de serviços permanece estável, em 40%. O papel do setor de serviços na China não é somente muito menor do que em países desenvolvidos, mas também menor do que em muitos países em desenvolvimento. Como exemplo, o setor de serviços na Índia equivalia a cerca de 54% de sua economia em 2005. Esta é uma das razões pela qual a intensidade energética na China permanece alta comparativamente a outras nações em desenvolvimento. Se a participação do setor de serviços fosse a mesma da Índia, a intensidade energética cairia 22%. Embora possa ser difícil impulsionar a participação deste setor na China para o nível indiano, mudanças factíveis na economia chinesa poderiam, todavia, contribuir significativamente em favor da meta de redução em 20% da intensidade energética.

Intensidades energéticas em grandes subsectores industriais (1995-2003)

Em kg equivalentes de carvão/RMB



À primeira vista, o repique da intensidade energética industrial desde 2001 é antiintuitivo. Em uma economia em rápida expansão, novas e mais eficientes tecnologias deveriam disseminar-se, levando à redução da intensidade energética no setor industrial. Entretanto, essa intensidade é determinada por dois fatores: a eficiência energética de diferentes subsectores industriais e suas produções relativas. Além disso, é possível que a intensidade energética industrial geral possa crescer mesmo em caso de declínio em vários subsectores, já que as produções relativas dos subsectores mais intensivos em energia, como os de cimento, ferro e aço, têm aumentado.

A Figura 2 revela que, para grandes indústrias intensivas em energia, as intensidades têm caído constantemente desde meados da década de 1990. Exceção não demonstrada no gráfico é o setor elétrico (geração), no qual a intensidade energética tem crescido levemente. Isso pode ser devido ao uso intensivo de pequenos – e logo, menos eficientes – geradores nos últimos anos, como forma de suprimir a falta de eletricidade ou, talvez, dado que as margens de lucro podem estar encolhendo. Tarifas de energia elétrica têm sido mantidas artificialmente baixas, enquanto preços de combustíveis cresceram tremendamente.

Um estudo em curso no Laboratório Nacional Lawrence Berkeley, nos EUA, indica que de 1996 a 2003 houve sólida melhora de eficiência em indústrias intensivas em energia, apesar de o ritmo dessa melhora ter diminuído um pouco a partir de 2000. Contudo, os aumentos maciços na produção das indústrias intensivas em energia, desde 2001, sobrepujaram os ganhos de eficiência. O resultado líquido é que a intensidade energética total das indústrias é maior hoje.

Em outros termos, os três maiores motores do recente repique na intensidade energética chinesa podem ser resumidos desta forma:

- O maior é o rápido crescimento em indústrias pesadas, notadamente as de ferro e aço, química e de cimento;
- O segundo é o crescimento total da indústria, comparativamente a serviços e agricultura;
- O terceiro motor é o ritmo declinante de ganhos em eficiência energética (se levarmos em conta mudanças estruturais na composição da atividade econômica chinesa). Desde 2001, ganhos em eficiência somente não são mais suficientes para compensar o efeito da expansão de capacidade da indústria pesada. Por exemplo, em 2003, o impacto dos ganhos em eficiência da intensidade energética, no agregado, foi cerca de 30% daquele derivado de mudanças estruturais em direção a subsectores intensivos em energia.

Mas o que fazer?

Existem dois modos básicos para reduzir-se a intensidade energética. O primeiro é a adoção difundida de práticas e tecnologias energéticas eficientes. O segundo é a guinada para setores menos intensivos em energia. Não é necessário falar que, em uma economia grande como a chinesa, nenhum dos dois modos seria de fácil alcance em cinco anos. Contudo, o potencial da opção pela melhora em eficiência permanece enorme – e politicamente mais viável. A China precisa adotar, e melhor reforçar, um conjunto de políticas que promovam o entendimento de tecnologias e práticas energéticas eficientes.

Isso começa com uma reforma na precificação dos recursos energéticos. Quando preços energéticos refletem custos de extração, transmissão e uso de energia, a conservação energética e a eficiência corporativa são encorajadas. Manter preços artificialmente baixos – como no caso da China e da maioria dos países em desenvolvimento – não só encoraja o consumo esbanjador, como também inibe o desenvolvimento de tecnologias energéticas mais eficientes e renováveis.

Junto com as precificações de mercado, a China pode revigorar programas de incentivo ao investimento em conservação de energia, utilizados no passado em algumas indústrias, para estimular o aprimoramento de sua aparelhagem e melhores práticas em gestão. Tais incentivos incluíam crédito fiscal (de até 40% do investido no projeto), empréstimos a juros baixos ou subsidiados e depreciações aceleradas. Ou um imposto sobre energia poderia também ser introduzido, com o recolhimento do Estado reposto em forma de incentivos para aprimoramentos e renovações técnicas.

O desenvolvimento de aparatos e de construções energeticamente eficientes tem papel considerável no gerenciamento do crescimento na demanda de energia. Por exemplo, aumentar a eficiência requerida (medida em coeficiente de performance) a ar-condicionados de parede, do atual mínimo de 2,6 para o nível de 3,2, reduziria em 20% o consumo de energia gasta em refrigeração. Mais importante ainda, a China precisa alocar recursos para reforçar seus atuais padrões de eficiência, através de programas nacionais de testes e fiscalização. A inclusão de requisitos sobre eficiência energética em novas construções comerciais provavelmente cortaria em 30% o uso de energia nestes empreendimentos, com um aumento mínimo no custo do capital. Mas o governo chinês precisa arbitrar o padrão, e exigir, por enquanto, que todas as novas construções financiadas pelo governo atendam a um critério de eficiência energética equivalente ao convencionalmente usado em países desenvolvidos e definido pela diretriz ambiental da chamada Liderança em Eficiência Energética e Planejamento (LEED, na sigla em inglês).

No setor de transportes, prioridade deveria ser dada ao desenvolvimento de sistemas eficientes de transporte em massa, incluindo ônibus de trânsito rápido. Isso ajudaria a limitar o uso de carros particulares, que ainda por vários anos responderão por alta demanda energética. Ao mesmo tempo, deveriam ser criadas exigências sobre economia de combustível e limites de emissões para veículos, como forma de suavizar o impacto do rápido aumento da venda de veículos sobre o uso de recursos energéticos e a qualidade do ar. Novamente, tanto impostos sobre combustível quanto tarifas para usuários poderiam ser introduzidas ou corrigidas, valorizando-se veículos econômicos.

Deve-se notar que a maior parte dos aparatos produtivos, construções e equipamentos que suprimam o consumo de energia da China (necessário em sua marcha na direção de um país desenvolvido) ainda precisam ser construídos. Assim, aumentar o rigor sobre eficiência energética para novos projetos, construções, veículos e outras fontes de consumo é agora a melhor maneira para se alcançar o desenvolvimento sustentável no longo prazo. O mesmo princípio aplica-se sobre utilitários eletroeletrônicos. Nesses casos, a estrutura tarifária precisa ser ajustada de modo a dar incentivos para que fabricantes de eletrodomésticos induzam seus consumidores a usar menos energia, ao invés de beneficiarem-se apenas da venda de mais aparelhos. Ao invés de serem adversários da eficiência e conservação, os eletrodomésticos poderiam ser transformados em campeões de eficiência energética, como acontece na Califórnia.

As sugestões políticas apresentadas aqui não são novas. Individualmente, todas elas já foram demonstradas e bem implementadas, seja na China, seja em outro lugar do mundo. Todas visam a alinhar os interesses de consumidores (como as siderúrgicas) e fornecedores (como de eletrodomésticos) de energia com os interesses sociais de conservação energética, proteção do meio ambiente e desenvolvimento econômico. Combinadas, essas medidas poderiam impulsionar poderosas forças sociais e de mercado, que orientarão as metas chinesas de redução da intensidade energética no curto prazo e desenvolvimento sustentável no longo prazo. Tudo implica em vontade política.

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nesta análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitas à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 05.12.2006. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Tecnologia

Notas sobre o programa espacial da China

Amaury Porto de Oliveira²

A mídia mundial dá muito pouco espaço ao programa espacial da China. Em boa parte, isso se deve aos próprios chineses, que divulgam com muita parcimônia suas realizações na matéria. Talvez preocupados com salvar a face, no caso de insucesso; talvez para não alarmar outros países, os chineses tendem a anunciar seus feitos espaciais quando já estão concluídos com êxito. Insistem, por outro lado, em que não se querem envolver com algum tipo de corrida espacial. Mas o fato é que, desde 1992, está em marcha, de forma sistemática e coerente, um novo programa chinês de exploração do espaço. Novo, porque já tinha havido um outro programa na época de Mao Zedong, abandonado em 1972, por falta de verbas e discordâncias políticas no quadro da Revolução Cultural.

Em séculos passados, cabe lembrar, houve intensa atividade, na China, em torno de foguetes. Afinal, como todos sabemos, foram os chineses que descobriram a pólvora. Só que, numa reação cultural típica, eles não tinham visto possibilidades industriais ou militares na descoberta. Pensaram nela para alegria e festa, e inventaram os fogos de artifícios.

² *Amaury Porto de Oliveira é diplomata de carreira, aposentado após servir durante 45 anos. É associado ao Instituto de Estudos Avançados (IEA) e ao Grupo de Análise da Conjuntura Internacional (GACINT), na Universidade de São Paulo. É também membro do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI), em São Paulo. Mantém-se ativo como conferencista e ensaísta nos assuntos asiáticos, com ênfase em China. Seu último posto na carreira diplomática foi como Embaixador em Cingapura (1987-1990).*

Foi só em 1956 que o cientista Tsien Hsue-shen (Qian Xuesen, numa outra transliteração) logrou convencer Mao Zedong a criar o Centro de Pesquisas Médicas de Vôos Espaciais, pondo em marcha o programa de lançamento dos satélites Dong Fang Hong (O Oriente é Vermelho). A história desse cientista é rocambolesca. Bolsista na Universidade da Califórnia, nos anos 1930, ele se tornaria o aluno mais brilhante e, depois, o assessor mais próximo de Theodore von Kármán, o respeitado elaborador da matemática na raiz do programa de mísseis dos EUA. Os dois foram mandados à Alemanha, envergando uniformes de oficiais superiores do Exército americano, com a missão de *debrief* o famoso Wernher von Braun, construtor do sistema de mísseis alemão. Tsien foi mais tarde deportado dos EUA, acusado pelos maccarthistas de simpatias comunistas. Ele levou consigo tudo o que aprendera nos vinte anos de estudos e trabalho sob a direção de von Kármán, e mais o que os dois tinham podido extrair de von Braun. De onde se pode concluir que há muitos pontos em comum nos fundamentos teóricos dos programas de mísseis dos EUA e da China. A vida e a obra de Tsien estão bem reconstituídas no livro *Thread of the Silkworm*, de Íris Chang (New York: Basic Books, 1995).

O primeiro programa espacial da RPC veio a ser abandonado, conforme já observei. O atual, Programa Shenzhou, teve início em 1992, já na era das reformas de Deng Xiaoping e, a partir de 1999, começaram os chineses a enviar naves ao espaço, algumas delas levando cobaias animais e vegetais, até a colocação em órbita, a 15 de outubro de 2003, de um primeiro taikonauta, Yang Liwei. Em 12 de outubro de 2005, realizou-se um segundo vôo tripulado, desta vez com dois taikonautas. Para setembro de 2008, estão previstos um vôo com três tripulantes e o primeiro passeio chinês no espaço. Seguir-se-ão vôos não tripulados, destinados à gradativa montagem da estação orbital chinesa. Por volta de 2020, cogita-se de missão tripulada à Lua, e já desde 2014, o início de um ambicioso projeto direcionado para o planeta Marte. A China dispõe, hoje, de conhecimentos técnicos e pessoal treinado, além de dinheiro, suficientes para lhe dar a posição de rival distante dos EUA na conquista pacífica do espaço, situação captada no conhecido filme “Uma Odisséia no Espaço – II”. A Rússia perdeu velocidade e o Japão não conseguiu dar a partida.

Em dois períodos, na década dos 1950 sob Mao Zedong e na virada do século, receberam os chineses ajuda russa em áreas técnicas específicas do programa espacial. Mas é incorreto ver a nave Shenzhou como pura cópia da russa Soyuz. Brian Harvey, que tem uma abalizada obra: *The Chinese Space Programme: From Conception to Future Capabilities* (John Wiley & Sons, 1998), contesta isso vivamente: “Uma tal opinião” – diz ele – “reflete a noção ocidental de que os chineses não serão capazes de dominar esse tipo de tecnologia. Eu acho mais válido examinar a maneira como os chineses vêm edificando o seu programa, através dos anos. Devagar, com paciência e cuidado, de forma disciplinada, escolhendo bem as suas fontes no exterior, tomando emprestado de várias delas, mas até um certo ponto, apenas.”

Outro livro digno de consulta é: *The Chinese Space Program: A Mystery within a Maze* (Malabar, Fla: Krieger, 1998), de Joan Johnson-Freese, que na época dirigia o Departamento de Tomadas de Decisão na Área da Segurança Nacional, do Colégio de Guerra Naval, dos EUA. A Professora Johnson-Freese estabelece um paralelo entre as conquistas efetivas e potenciais trazidas para os EUA e a China pelos respectivos programas espaciais, enfatizando os aspectos de prestígio internacional e mobilização de apoio público doméstico. Os benefícios econômicos que os EUA retiraram do programa Apolo (colocação de homens na Lua) foram imensos. A educação e o treinamento direto dos cientistas e engenheiros ligados a esse programa produziram uma geração de pessoal técnico altamente preparado. Programas e cursos foram criados nos institutos e universidades para atender às novas especializações criadas pela era aeroespacial. Igualmente na China, as universidades de ponta estão se envolvendo nessas matérias, e o interesse dos estudantes por tudo o que diz respeito ao espaço está explodindo.

Em 1999, o Governo de Pequim criou a CASC (China Aerospace Science and Technology Corporation), no topo de uma pirâmide com mais de 130 organizações, inclusive cinco importantes academias de pesquisas e duas grandes firmas de pesquisa e manufatura: a Sichuan Space Industry Corporation e a Xian Space

Science and Technology Industry Corporation. A CASC emprega cerca de 110 mil pessoas, das quais mais de 40 mil representam o pessoal técnico, incluindo 1.300 pesquisadores e 21 acadêmicos cooptados da Academia Chinesa de Ciências e da Academia Chinesa de Engenharia. Um Livro Branco, publicado em 2000 pelo Escritório de Informação do Conselho de Estado, apresentou o programa espacial como parte integrante da estratégia abrangente de desenvolvimento da China, capaz por si só de elevar os níveis de realização em áreas como computação, novos materiais, tecnologias manufatureiras, equipamentos eletrônicos, sistemas de integração e teste. Atenção é também chamada para as possibilidades de duplo uso (civil e militar) dos projetos espaciais.

Na verdade, apesar da supervisão exercida pela CASC, são os militares e especificamente o Segundo Corpo de Artilharia que controlam o programa espacial chinês. Embora esforços sejam feitos para separar dos aspectos militares as atividades civis e comerciais, são os militares que mantêm o poder decisório final no que diz respeito aos programas de vôos tripulados e lançamento de satélites. O feito mais recente dos chineses no terreno espacial foi justamente de tipo militar. Em meados de janeiro de 2007, a China realizou com sucesso seu primeiro teste de uma arma anti-satélite, destruindo um velho satélite chinês de meteorologia com um tiro de míssil. Tanto os EUA quanto a antiga URSS haviam feito testes semelhantes, mas há vinte anos, e como observou Jonathan McDowell, um astrônomo de Harvard que monitora lançamentos de foguetes e atividade espacial: a China pôs fim a um longo período de contenção. O satélite destruído pelo míssil chinês estava a cerca de 800 quilômetros da Terra, o que em tese significa estar agora a China capacitada para atingir satélites espies americanos, cuja órbita fica a menor distância do planeta. Os círculos anglo-saxões ligados à defesa espacial acusaram o golpe, e muito se especulou em torno de se a China estava lançando um novo tipo de corrida armamentista ou, alternativamente, uma ofensiva diplomática para forçar Washington a iniciar negociações para o banimento das armas antimísseis. Em 19.01.07, um comunicado oficial chinês procurou tranquilizar o mundo, afirmando que seu teste não representava ameaça para os restantes dos países. Mas é difícil ver o teste fora do contexto de uma crescente capacitação chinesa de manter em cheque as atividades de espionagem espacial americana. Não faltou quem relembresse o episódio de 2001, quando a aviação chinesa forçou a aterrissagem de um avião espião dos EUA e revirou seus equipamentos eletrônicos.

Finalmente, para encerrar estas anotações, cumpre mencionar a parceria sino-brasileira para a construção e lançamento de satélites de sensoriamento remoto. Dois satélites, conhecidos sob a sigla inglesa de CBERS, já foram lançados, mas o CBER-2 já ultrapassou sua vida útil, e estão avançados os trabalhos para o lançamento do CBER-3, possivelmente em setembro de 2009.

Sistema financeiro I

China eleva novamente taxas de juros e de depósito compulsório

O governo chinês elevou pela quinta vez em oito meses a taxa de depósito compulsório dos bancos, a fim de conter a oferta de crédito, em fevereiro. Novamente, a elevação foi de 0,5 ponto percentual, o que deixa a nova taxa em 10%. O Banco do Povo da China, banco central do país, estima que a cada elevação no valor mínimo das reservas bancárias são retirados de circulação US\$ 19,4 bilhões da economia.

Em março, foi a vez das taxas de juros – de depósito e de empréstimos – serem novamente elevadas, ambas em 0,27 pontos percentuais. Como mais uma forma de conter a oferta de crédito no país, assim como a elevação de preços, a nova taxa básica de depósito passa a ser 2,79%, e a taxa anual de empréstimo, 6,39%.

Tais medidas ainda não parecem suficientes para conter o crescimento do país ao nível desejado pelo governo, de 8% em 2007, conforme apresentado no pronunciamento do primeiro-ministro Wen Jiabao durante cerimônia de abertura das sessões do Congresso Nacional do Povo de 2007.

China pedirá consulta ao Brasil quanto à elevação tarifária sobre importações

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC) planeja elevar para 35% a Tarifa Externa Comum (TEC) sobre produtos importados dos setores calçadista, moveleiro, têxtil e de confecções. A proposta será discutida pela Câmara de Comércio Exterior no próximo dia 28 e, posteriormente, ser submetida ao Grupo do Mercado Comum (GMC) do Mercosul, o que, pelos planos do governo, será feito até o final de abril.

Com intuito de proteger setores que perderam competitividade com a valorização cambial brasileira e atender a reivindicações de empresários afetados pela concorrência chinesa, a elevação da TEC causaria impacto direto e negativo sobre as exportações da China para o Brasil, e, por essa razão, Pequim já anunciou que pedirá consulta bilateral sobre o tema ao governo brasileiro.

Resta saber se o aumento das tarifas será suficiente para conferir aos setores brasileiros beneficiados maior competitividade para enfrentar a concorrência com os produtos chineses em terceiros mercados, visto que, a exemplo do setor calçadista, a enorme carga tributária incidente no setor, hoje em torno de 40% sobre o preço final dos produtos, é um dos fatores preponderantes para a perda de competitividade.

Energia I

China não consegue reduzir consumo anual de carvão

O consumo de energia per capita na China em 2006 não sofreu redução significativa e caiu, na comparação anual, apenas 0,02 ponto percentual em toneladas equivalentes de carvão. O resultado reflete a enorme dificuldade em alcançar a meta de redução do consumo anual de energia, de 4%, determinada pelo governo. De acordo com estimativas preliminares do Escritório Nacional de Estatísticas (NBS, na sigla em inglês), divulgadas pela primeira vez, a China consumiu 2,46 bilhões de toneladas de carvão em 2006, 9,3% acima do registrado em 2005.

Ainda que Wen Jiabao tenha enfatizado o tema durante o discurso de abertura da reunião do NPC, nenhuma medida prática foi apresentada para evitar que a meta de redução do consumo de energia não seja novamente alcançada. O receio de conter o crescimento do país talvez possa ser um fator impeditivo para adoção de medidas mais concretas, até mesmo para redução dos subsídios no setor.

Energia II

China adiciona novos alvos para investimentos em energia

A China incluiu nove países em sua lista de alvos prioritários para investimentos nos setores de gás e petróleo. Foram adicionados à lista Equador, Bolívia, Kwait, Catar, Omã, Marrocos, Líbia, Níger e Noruega. As empresas chinesas de energia receberão isenção fiscal, empréstimos e outros benefícios de bancos estatais chineses para investir nesses países, de acordo com a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês), principal órgão de planejamento econômico da China. O ingresso de novos países na lista enfatiza a determinação de Pequim em adquirir mais ativos energéticos estrangeiros no futuro.

A NDRC amplia lista divulgada em 2004 e em 2005 que incluía mais de 20 países, a maioria produtores minoritários de petróleo. Sudão, Nigéria e Irã foram excluídos da lista, porém o motivo não foi divulgado. Especula-se que a exclusão deve-se à ausência de projetos chineses de curto prazo ou a razões políticas, dada a pressão dos Estados Unidos e da União Européia para que a China não influencie a política de países africanos.

Organismos internacionais I

México e Japão recorrem à OMC contra subsídios chineses

Os governos de Japão e México anunciaram apoio à solicitação norte-americana de abertura de processo de consultas junto à Organização Mundial de Comércio (OMC) para avaliar a política chinesa de subsídios. Os países não divulgaram especificações sobre os produtos que serão alvo de investigação, tampouco estimativas sobre o prejuízo causado pelas indústrias chinesas à economia nacional. A medida é reflexo dos crescentes déficits acumulados pelas economias mexicana e japonesa em suas relações comerciais com a China.

Aquisições

Wal-Mart adquire participação na rede Trust-Mart

A rede norte-americana de hipermercados Wal-Mart, a maior do comércio varejista mundial, anunciou a compra de 35% da Bounteous Company Ltd. (BCL), operadora da rede de lojas e hipermercados Trust-Mart na China. Há especulações sobre se o Wal-Mart ficará encarregado da administração da BCL. As empresas não revelaram detalhes sobre o acordo financeiro.

A Trust-Mart, com mais de 31 mil funcionários e 101 hipermercados, continuará a operar sob sua própria marca. Com a aquisição, a rede Wal-Mart reafirma a China como uma de suas prioridades internacionais. Em 2006, as vendas do mercado varejista na China cresceram 13,7% e somaram US\$ 770 bilhões, o que representa 1/4 do mercado norte-americano.

Setor automotivo I

Fabricante norte-americana produzirá caminhões chineses

A fabricante de caminhões Tiger Truck será a primeira empresa norte-americana a produzir modelos chineses do segmento nos Estados Unidos. Serão produzidos três modelos de caminhões diferentes, e cerca de 80% da produção serão destinados às exportações, inicialmente para América Latina. A previsão é de que sejam produzidos anualmente 7,5 mil veículos, sendo que os primeiros caminhões deverão chegar ao mercado no início de 2008.

Setor automotivo II

Motocicletas chinesas serão fabricadas no Amazonas

A Traxx Motocicletas do Brasil, subsidiária do grupo China Jialing Industrial Co., iniciou a construção em Manaus de sua primeira fábrica no país. Serão produzidos, inicialmente, dois dos cinco modelos de motocicletas que a empresa vende atualmente no Brasil. A fábrica, que deve receber investimento inicial de US\$ 5 milhões, começará a operar em agosto.

Além de motocicletas, o China Jialing Industrial Co. atua em diversos setores, como bélico, automobilístico e biomédico. Seu faturamento anual é da ordem de US\$ 5 bilhões.

Sistema financeiro II

Primeiros quatro bancos estrangeiros operam em moeda local a partir de abril

A partir de abril, cidadãos da China continental poderão abrir contas e ter acesso a vários serviços em yuan em subsidiárias dos bancos estrangeiros Citibank, HSBC, Standard Chartered Bank e Banco da Ásia Oriental.

Em dezembro de 2006, de acordo com o protocolo de acesso da China à OMC assinado em 2001, o governo concluiu a abertura do sistema financeiro nacional para instituições estrangeiras, e aprovou inicialmente nove bancos para registrarem subsidiárias na China continental. As avaliações iniciais sobre cumprimento de exigências para os outros cinco, contudo, ainda não foram concluídas.

Com base na experiência de outros países, analistas afirmam que é pouco provável que bancos estrangeiros sejam ameaça a seus concorrentes domésticos nos próximos cinco a oito anos. O número bastante reduzido de agências de bancos internacionais no país não permite atuação imediata em escala nacional.

Sistema financeiro III

Bancos na China têm limite para empréstimos no exterior reduzido

O governo chinês decidiu reduzir o limite de recursos que bancos domésticos e estrangeiros instalados no país podem tomar emprestado no exterior. A partir de 30 de junho de 2007, o limite para empréstimos no exterior (em moeda estrangeira) será 45% do limite que vigorou em 2006 para bancos nacionais, e 85% para bancos estrangeiros. As reduções ficarão maiores ainda em março de 2008: 30% e 60% para bancos nacionais e estrangeiros, respectivamente.

Os ingressos de capital estrangeiro têm ocorrido em virtude da expectativa de valorização do yuan, e o governo espera, com a medida, reduzir a pressão sobre o câmbio.

Organismos internacionais II

China formaliza interesse em integrar o BID

A China deu seu primeiro passo para tornar-se o 48º membro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principal fonte multilateral de financiamento para projetos de desenvolvimento econômico e social na América Latina e Caribe. Em memorando de entendimento assinado com a instituição, o país confirmou seu interesse em unir-se a Japão e Coréia do Sul como o terceiro membro asiático do BID, reflexo de seu foco no continente e da necessidade de aumentar a concorrência com os Estados Unidos para a oferta de crédito na região. Ao tornar-se associada do BID, a China poderá adquirir apenas 0,04% das ações do banco.

Comércio internacional

A valorização do yuan não compromete o lucro das exportações chinesas

Instituições financeiras internacionais avaliam que as exportações chinesas tornaram-se mais lucrativas ao longo dos últimos 18 meses. Apesar da valorização do yuan de 6,5% durante esse período, estudos realizados pelo Union Bank of Switzerland (UBS) e Banco Mundial revelam maior variedade de bens exportados pela China em comparação a uma década, e aumento dos preços das exportações nos últimos 2 anos. Estes são considerados fatores responsáveis pela elevação das margens de lucro das exportações chinesas.

Os estudos demonstram que o setor exportador chinês passou por rápido avanço estrutural nas áreas de tecnologia, marketing e produção. O aumento do custo da mão-de-obra e da terra tiveram impacto pouco significativo nas exportações. A indústria aumentou sua produtividade e avançou em direção ao crescente mercado de produtos de maior valor agregado. Os setores com maior crescimento em 2006 foram o de peças para aeronaves, construção de navios, circuitos integrados, carros e autopeças, máquinas elétricas e equipamentos de telecomunicação. Têxteis, eletrônicos e componentes para máquinas, juntos, totalizaram 60% das exportações chinesas.

Ferrovias

China assina contratos de mais de US\$ 455 milhões de dólares com Alstom

O Ministério de Ferrovias da China e a companhia francesa Alstom, uma das maiores empresas dos setores de energia e transporte do mundo, assinaram

dois contratos, avaliados em US\$ 455 milhões, para o fornecimento de 500 locomotivas e eletrificação de linhas de alta velocidade.

O valor total do contrato de fornecimento de locomotivas é de US\$ 1,43 bilhão, sendo que US\$ 1,04 bilhão será pago à chinesa Datong Electric Locomotives, parceira da Alstom no país. O segundo contrato, estimado em US\$ 54,6 milhões e firmado somente entre a Alstom e o Ministério de Ferrovias, dá início ao primeiro projeto de infra-estrutura da empresa no país. O trajeto beneficiado será a linha que liga as cidades de Shijiazhuang e Taiyuan, a 600 quilômetros ao sudoeste de Pequim.

Meio ambiente

Banco Mundial financiará projeto ambiental em Shandong

O Banco Mundial aprovou empréstimo de US\$ 147 milhões para financiar projeto ambiental no leste da província de Shandong, na costa nordeste da China. O projeto, estimado em US\$ 281 milhões, objetiva auxiliar o desenvolvimento sustentável em nove cidades e regiões da província – incluindo Weifang, Weihai e Yantai –, além de envolver reformas no sistema de coleta e tratamento de lixo e esgoto. O Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF, na sigla em inglês) também concederá ao projeto US\$ 5 milhões para redução da poluição no solo. Shandong, uma das províncias que mais cresce na China, constantemente sofre com falta de água, armazenamento e tratamento inadequados de esgoto e escassez de meios para tratamento de resíduos sólidos, o que tem causado deterioração do meio urbano e ecossistema local.

Carta da China

A **Carta da China** é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A **Carta da China** é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Isabela Nogueira
Bruno Amaral
Marla Naumann
Zaira Lanna

Estagiária

Ana Luiza do Carmo

Projeto gráfico

Casa do Cliente Comunicação 360º – www.casadocliente.com.br

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br